

## O PROJovem URBANO NA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PARA JUVENTUDE - Desafios do programa e perspectivas de análise

The Urban ProJovem program in the trajectory of the policies for youth - challenges of the program and perspectives of analysis

Diego Monte Blanco\*

**Resumo:** O artigo apresenta o ProJovem Urbano numa perspectiva genealógica das ações voltadas para infância e juventude no Brasil, procurando destacar aspectos que demarcam historicamente as políticas sociais destinadas a essa população. Mesmo organizado em pressupostos atuais de cidadania e de garantia de direitos, existem incertezas por parte dos jovens participantes de que o programa possa gerar mudanças nas suas atuais condições socioeconômicas. Esta política oferta a possibilidade do jovem concluir o ensino fundamental numa proposta curricular que integra educação básica, formação técnica e participação cidadã. Este texto procura evidenciar que os desafios não estão presentes apenas nos resultados esperados para com a juventude beneficiária do ProJovem, mas, principalmente, na construção e implementação do próprio programa.

**Palavras-Chave:** políticas públicas para jovens; exclusão social; cidadania

**Abstract:** The article presents the Urban ProJovem project in a genealogical perspective of the actions directed toward infancy and youth in Brazil, seeking to show aspects that historically determine the social policies destined for this population. Even though it is organized using the current presuppositions of citizenship and the guarantee of rights, there exist uncertainties on the part of young participants that the program can generate changes in their current socio-economic conditions. These policies offer the possibility of the young participants to conclude their basic education in an educational curricular proposal that integrates basic education, technical training and citizen participation. This text seeks to show that the challenges are not only present in the expected results in relation to the youth that benefit from the ProJovem project, but mainly in the construction and implementation of the program itself.

**Key-Words:** public policies for youth; social exclusion; citizenship

---

\* Sociólogo, Mestre em Sociologia (UFRGS) e doutorando em Sociologia pela UFRGS. Membro do ITAPUY – Instituto de Estudos e Educação para o Desenvolvimento Local. E-mail para contato: dmontebianco@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

Diversos esforços vêm sendo realizados no Brasil nas duas últimas décadas - que correspondem a movimentos e ações da sociedade civil e de governos de diversas esferas - para garantir direitos sociais à população em situação de pobreza e historicamente marginalizada. Tais processos possuem marcos legais importantes como a Constituição Federal de 1988 e as legislações criadas em seqüência nos anos 90 para regulamentar e garantir direitos iguais à assistência (LOAS), à saúde (SUS), o acesso universal à educação (LDB), às crianças e adolescentes (ECA), entre outros (GOHN, 2003).

No entanto, mesmo com os avanços em termos de regulamentações jurídicas estatais – tais como a garantia legal de direitos, o rearranjo administrativo que vem possibilitando avanços nos processos participativos da sociedade na gestão pública, os maiores investimentos<sup>1</sup> em direitos como a educação, saúde, habitação, assistência - o abismo da desigualdade socioeconômica no Brasil continua trazendo conseqüências perversas em termos de miserabilidade, violência e desesperança vivida pela população mais empobrecida.

Os jovens no Brasil são uma das maiores vítimas dessa situação de desigualdade, vivenciando suas mazelas no desemprego, violência, pobreza e na falta de projetos futuros<sup>2</sup>. Mesmo sendo beneficiada transversalmente por políticas de educação, saúde, habitação e assistência social, a juventude continua sendo um hiato nas ações focais do governo, já que direitos específicos foram construídos ao longo da trajetória das políticas sociais no Brasil com foco principal para demandas dos trabalhadores, dos contribuintes (no caso da previdência) ou, ainda, para a infância<sup>3</sup>. O ProJovem Urbano - uma iniciativa do governo federal em conjunto com outras instituições governamentais e não-governamentais que procura cobrir esse hiato – é ainda um programa que precisa de uma melhor avaliação e ajustes em termos de implementação.

---

<sup>1</sup> Estudos sobre gastos públicos no Brasil indicam que o país inicia um processo de garantias de direitos sociais universais a partir de meados dos anos 90, com uma visível elevação dos investimentos públicos em políticas sociais. Para mais informações ver relatório do IPEA (CASTRO, 2008).

<sup>2</sup> Dados de estudo do IPEA intitulado *Juventude e Políticas Sociais no Brasil* demonstram que, em 2006, os jovens entre 15 e 29 anos de idade somavam 51,1 milhões de pessoas, o que então correspondia a 27,4% da população nacional total. Sobre o tema desemprego, este se apresenta como um problema cada vez mais grave para os jovens entre 15 anos e 29 anos, que já respondem por 46% do total de indivíduos nesta situação no país. A qualidade da ocupação é outro problema sério: 50% dos ocupados entre 18 anos e 24 anos são assalariados sem carteira, ficando em 30% para os que têm de 25 anos a 29 anos de idade. Por fim, a insuficiência de rendimentos é um risco para boa parcela da juventude brasileira: 31% dos indivíduos entre 15 anos e 29 anos podem ser considerados pobres, pois têm renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo. Com relação à educação, 2,8% são analfabetos, 68,3% não freqüentam atividades regulares de ensino e 19,9% não concluíram o ensino fundamental (CASTRO E AQUINO, 2008).

<sup>3</sup> Sobre a história das políticas sociais no Brasil, ver “Trajetória do Welfare State no Brasil – papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990” (MEDEIROS, 2001). Sobre histórico das políticas para infância, ver Rizzini (1995;1997).

O ProJovem iniciou em 2005 tendo como eixos estratégicos a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e a participação cidadã de jovens de 18 a 24 anos que não concluíram os ensino fundamental e que não trabalhavam. A partir de 2008, foi ampliada a abrangência para os jovens de 18 a 29 anos, alfabetizados, que não concluíram o ensino fundamental, trabalhadores ou não. Atualmente, o programa passou a ser denominado Projovem Urbano, fazendo parte do Projovem Integrado em conjunto com outras políticas destinadas a população juvenil.

Este programa assumiu uma postura de política emergencial - atendendo um segmento com necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio – e de caráter experimental – ao propor um currículo que trata de forma integrada a formação geral, a qualificação profissional e a participação cidadã.

### **1- A temática exclusão como foco das políticas sociais para jovens**

A relevância de estudos sobre esta política nacional de inclusão se dá não apenas pelo fato do ProJovem ser atualmente uma das principais políticas do governo federal destinadas ao segmento juvenil da população, mas também pelo própria dimensão de debate que vem ocorrendo na sociedade brasileira sobre o tema juventude e exclusão.

São muitas as concepções que estão em jogo – inclusão, juventude, políticas públicas para jovens – onde estas guiam não apenas o desenvolvimento de estudos acadêmicos sobre temas relacionados às políticas de juventude, mas também práticas sociais desenvolvidas nos inúmeros programas que vem sendo criados e desenvolvidos por governos e organizações não- governamentais.

O tema exclusão social tornou-se, nos últimos anos, palco de debate nas universidades, nos movimentos sociais e em diferentes governos. Segundo autores como Serget Paugam (1999), Robert Castel (2004) e José de Souza Martins (1997), o termo tem sido usado de forma massificada e generalizada nestes espaços, sendo aplicado em diversas situações que não possuem semelhança.

Castel (2004), ao retratar a questão da exclusão na França pelo viés da análise do atual processo de ruptura das seguridades sociais garantidas pelo seu modelo de Welfare State a partir segunda metade do século XX, sugere que o termo exclusão seja substituído pelo termo “desfiliação”. Segundo o autor, este conceito seria mais adequado para a análise do processo de desintegração dos laços de sociabilidade e seguridade social que vêm ocorrendo na sociedade francesa, a partir do fenômeno que ele denomina como “crise da sociedade salarial”.

Para o autor, a expansão desta situação de *desfiliação* ocorre em função do acirramento das relações contratuais de trabalho e do desmonte do Estado de Bem Estar Social frente às mudanças tecnológicas e econômicas trazidas no desenrolar do capitalismo global. Frente a este contexto, Castel propõe um modelo de explicação sociológica construído em zonas de “filiação e desfiliação” social, as quais representam zonas de desintegração social do tipo centro-periferia.

Neste caso, o centro seria a zona de maior integração social, na qual se encontram as pessoas beneficiárias das proteções sociais operacionalizadas pelo trabalho formal que ocorria em larga escala na sociedade salarial proveniente do modelo de produção econômica fordista. Na zona intermediária, considerada de instabilidade, estariam os membros da sociedade que possuem laços sociais através de outras instituições, como família, escola, igrejas, porém sem relações contratuais de trabalho ou com relações de trabalho precárias ou instáveis. Na zona mais periférica, “*caracterizada pela perda de trabalho e pelo isolamento social*”, estariam os chamados *desfiliaados*, que não encontram mais trabalho e nem as garantias sociais advindas do mundo do trabalho (CASTEL, 2004: 23).

Entretanto, a realidade francesa de “desfiliação” não pode ser comparada de maneira idêntica ao caso brasileiro. Kowarick ressalta que, no Brasil, a fragilização dos direitos sociais não pode ser considerada apenas como decorrente da desconstrução das garantias sociais da sociedade salarial. Ao contrário do modelo francês de Bem Estar Social, não houveram “instituições políticas, sindicais ou comunitárias com força o suficiente para garantir a efetivação de direitos básicos do mundo do trabalho ou proteger das intempéries do mundo urbano, o morador, o transeunte e o usuário de serviços básicos” (2002: 16).

Segundo Sposati (1999), também ao comparar o caso brasileiro das situações consideradas de “exclusão” com os diagnósticos que se fazem sobre a França, a exclusão como perda de conquistas pressupõe a efetivação da garantia dos direitos sociais que, até então, não foram realizados plenamente. Desta maneira pressupõe que, no caso brasileiro, a exclusão possui uma significação alta em termos de discurso, mas representa “uma perda virtual de uma condição nunca antes atingida e não uma perda real capaz de sensibilizar a sociedade” (SPOSATI, 1999:133). Isso reflete diretamente na condição da banalização das situações tidas como de “exclusão”, como por exemplo, a indiferença que os transeuntes da cidade apresentam ao passarem por alguém dormindo na calçada.

Martins (1997), ao focar a realidade brasileira, sugere a existência de uma sociedade dupla, análoga a uma organização estamental, que abriga duas humanidades: uma constituída de grupos sociais pobres e ricos integrados nas atividades econômicas e com uma posição garantida no sistema de relações de reconhecimento social e político; e

outra - uma “sub-humanidade” do atual processo civilizatório - que mesmo inserida precariamente nos processos econômicos advindos do trabalho precário ou do “trambique”, é excluída cotidianamente de espaços sociais e políticos, ficando à margem numa espécie de clivagem social e moral. Esta clivagem social a que Martins se refere reflete diretamente na condição simbólica de uma *subcidadania* em que vivem as populações marginalizadas, conforme análise de Souza (2003).

Podemos visualizar esta clivagem no caso dramático das inúmeras crianças que se encontram morando ou trabalhando nas ruas das cidades, as quais, muitas vezes, estão inseridas precariamente na economia engraxando sapatos, cuidando de carros ou servindo como “aviõezinhos” ao narcotráfico (MARTINS, 1997). Conforme o autor, elas estão inseridas, de alguma forma, nos processos econômicos de renda e consumo na economia global, entretanto, o serviço que prestam compromete sua dignidade. Seguindo esta lógica de análise, “(...) elas se integram economicamente, mas se desintegram moral e socialmente” (MARTINS, 1997: 34).

Torna-se, desta maneira, urgente uma revisão sobre o uso do termo exclusão nos diagnósticos e debates que embasam a construção de políticas públicas não apenas para os jovens em situação de pobreza, mas para outras parcelas da população também tratadas como excluídas. Um caminho a ser construído em termos de análise - considerando o caso brasileiro como portador de uma realidade onde milhares de jovens e outros segmentos da população estão marginalizados a partir de uma inserção precária na economia e de uma exclusão de espaços sociais e políticos - é tratar o termo *exclusão social* relacionando-o a situações de exclusão da cidadania, do acesso igualitário a direitos que estão sendo implementados tais como: uma educação de qualidade, trabalho, saúde, moradia, lazer, cultura e um ambiente natural saudável.

Um outro desafio, neste momento, é também analisar como os novos discursos de inclusão têm modificado o desenvolvimento prático das políticas sociais em diferentes espaços permeados por culturas paternalistas e clientelistas presentes historicamente na esfera pública brasileira.

## **2 – Tutela, vigilância e caridade: limites históricos para efetivação de uma cultura de direitos no Projovem Urbano**

A história das políticas sociais para a juventude no Brasil está intrinsecamente relacionada com os processos culturais e políticos que nortearam as políticas para infância. Da mesma forma que as políticas para a infância, a história das políticas sociais para jovens está repleta de ações voltadas ao controle social da população pobre considerada

potencialmente perigosa. Assim, o escopo cultural e político de muitas ações públicas destinadas às crianças e jovens em situação de pobreza apresentaram um caráter em comum do tipo repressivo, higienista ou assistencialista ao longo do século XX, legitimando a existência dual da criança e do “menor”, do jovem cidadão e do “não-cidadão”, do que pertence e do que deve ser varrido, ajustado ou eliminado.

No início do século XX, nas cidades com industrialização nascente, os filhos da elite nacional estudavam em escolas que se modernizavam com um modelo de educação positivista europeu – voltada ao desenvolvimento moderno da nação com um educação diferenciada para cada classe social – enquanto que filhos de operários ou agricultores seguiam seus pais na longas rotinas diárias da lavoura e da indústria.

Neste período do Brasil republicano, todo o movimento de modernização se deu de maneira praticamente paralela ao fim de uma política econômica escravagista e sem um desenvolvimento industrial que propiciasse o “encaixe” sócio-econômico da população que migrava do campo para as cidades em fase de modernização. Muitas famílias de colonos, índios e de ex-escravos passaram a viver com outros grupos marginalizados na periferia dos centros urbanos nascentes, procurando qualquer tipo de ocupação e de sustento (BLANCO, 2004).

Para Keil (2006), o período de desenvolvimento republicano no Brasil continuou empurrando a criança e o jovem pobre para o trabalho agrícola ou industrial, e oferecendo condições de estudo e aperfeiçoamento para as classes mais ricas, de uma maneira análoga ao período imperial onde predominava o trabalho escravo. (2006:18).

Com relação à organização das políticas sociais no Brasil, Medeiros (2001) identifica que existiram períodos distintos quanto à caracterização e composição destas políticas. O autor inicia o recorte analítico a partir da década de 30 - onde o primeiro período (30 a 45) - é tido como de “controle da política”, com o Estado garantindo a estabilidade de relações entre o capital e trabalho com objetivos de modernização nacional, redefinindo e rearranjando conflitos em uma orientação populista e assistencialista.

Segundo Ianni (2004), neste período, estavam em jogo os processos de higienização social, como gérmen das políticas sociais, atuando sobre a produção das condições objetivas e das representações da pobreza no Brasil urbano.

Esse processo de higienização dos centros urbanos é bem retratado na história das legislações e políticas para infância. O retrato mais evidente desta realidade, é a implementação do código de menores em 1927, visando garantir ações caritativas, paternalistas ou, ainda, corretivas e punitivas para a infância e juventude em situação de pobreza, abandono e mendicância nas periferias urbanas nascentes.

De acordo com Rizzini (1995; 1997), a infância neste período era percebida numa dualidade: ora como um problema social em relação aos ditos “menores abandonados, de rua, delinqüentes”, ora como solução, pois a infância era considerada o futuro da nação dentro de um projeto positivista de “ordem e progresso”. A intervenção do Estado sobre o segmento da infância era defendida por setores das elites políticas e intelectuais como uma missão saneadora, patriótica e civilizatória em prol da reforma do Brasil. O código de menores perdurou de 1997 a 1990.

Nas décadas de 70 e 80, movimentos sociais se contraporiam a uma onda de violência e repressão direcionada às crianças e adolescentes pobres no Brasil, sobretudo aos mais vulneráveis. Esses movimentos, em conjunto a um processo de abertura democrática no país, colocaram o tema da infância de uma maneira mais relevante na agenda pública. Essas mobilizações incentivaram a criação de políticas, programas, bem como a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) - um marco jurídico-social importante para a garantia de direitos para esses segmentos (INSTITUTO CIDADANIA, 2006).

O Estatuto da Criança e do Adolescente garantiu uma retomada do tema da infância sob um novo viés - o da cidadania, da garantia de direitos. Entretanto, seu marco legal abrange crianças e adolescentes com até 18 anos. Os jovens com idades de até 29 anos, começaram a ser foco de políticas voltadas a garantia de seus direitos específicos apenas recentemente.

Na década de 90 foram criados diversos programas voltados para juventude, relevando questões de saúde (DST's, gravidez precoce, drogadição), de assistência, de trabalho e educação. Porém, tais programas ocorriam sem uma maior envergadura institucional amarrada em direitos ou em espaços de gestão pública específicos para juventude em nível nacional (INSTITUTO CIDADANIA, 2006).

A constituição de um grupo interministerial, em meados desta última década, sob a responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência, propiciou a articulação de 19 ministérios na elaboração de um diagnóstico sobre as diversas ações que vinham ocorrendo em âmbito federal para a juventude. Tal feito reuniu as condições para organizar uma nova estrutura institucional responsável por articular e gerenciar políticas – a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) - e programas interministeriais para a juventude, entre eles o atual ProJovem Urbano.

Este programa, bem como toda a nova estrutura institucional criada nos últimos anos, possui um grande desafio: além de buscar a inclusão de jovens de baixa renda no ensino formal e no mercado de trabalho com objetivos de fortalecer processos de democratização social, política e econômica, é, ainda necessário, construir uma cultura de

direitos, de cidadania, que supere a herança de ações públicas baseadas numa cultura de tutela, vigilância e caridade presentes na história das políticas voltadas à infância e à juventude no Brasil.

### **3 - Avanços na estrutura institucional das políticas sociais e possibilidades de análise sobre o ProJovem Urbano**

Conforme Draibe (2000), a partir de 1993, ocorreram inovações na estrutura institucional das políticas públicas que podem ser consideradas positivas, tais como a descentralização de políticas para os níveis municipais, as parcerias entre governos e movimentos sociais e ampliação dos canais de participação social em conselhos e fóruns. Também é considerado um fato positivo a provisão de direitos sociais básicos aos setores marginalizados da população.

Para a mesma autora, contudo, entre os avanços apresentados, existem grandes obstáculos com relação à organização e à capacidade administrativa. Entre estes obstáculos estariam a duplicidade de redes de políticas, a necessidade de capacitação para as funções descentralizadas e fragilidade de sistemas de monitoramento e avaliação (idem, 1998).

No caso do ProJovem Urbano, não faltam tais sistemas de monitoramento e avaliação, não há duplicidade de redes e existem processos de capacitação para gestores e professores. Ainda em relação aos avanços, conforme informações encontradas em seu site oficial, o programa baseia-se em pressupostos de uma inclusão que favoreça a cidadania, a participação e a garantia de direitos de jovens. Entretanto, altos índices de abandono<sup>4</sup> do programa que superam os 50% em grande parte dos municípios que o executam apontam um outro entrave na organização das políticas sociais: a confiança que os jovens dos extratos populares possuem em relação à programas como o ProJovem serem efetivamente uma via de mobilidade e de integração social.

O estudo<sup>5</sup> realizado com jovens participantes do programa na região metropolitana de Porto Alegre no ano de 2009 indicou que estes jovens, apesar de representarem a educação e a capacitação profissional como uma via de reconhecimento social e como uma oportunidade de ter melhores oportunidades no mercado de trabalho, demonstram uma

---

<sup>4</sup> Conforme dados disponibilizados no relatório parcial de avaliação 2007, mais de 50% dos jovens inicialmente matriculados no Programa Nacional de Inclusão de Jovens não concluem o curso. A maior parte deles – cerca de 37% - desiste no início das atividades e outra, em torno de 20%, evade após frequentar o Programa por um período (PROJOVEM, 2008: 45).

<sup>5</sup> Estudo proveniente de minha dissertação de mestrado intitulada “A luz do dia, nem todos os gatos parecem pardos – percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do ProJovem Urbano”. Ver Blanco (2009).

perspectiva cética de que o programa possa resultar em uma melhoria nas suas atuais condições socioeconômicas.

Quando entrevistados e questionados<sup>6</sup> responderam perguntas referentes ao que gostariam que mudasse em suas vidas que não poderia ser mudado mesmo com a conclusão do Projovem Urbano, surgiram falas tais como: “acho que não vou conseguir um trabalho melhor, um emprego digno, algum que pague mais do que um salário mínimo”, “não vou conseguir ter uma casa própria”, “acho que não vai dar para continuar os estudos e cursar o ensino médio”. Há ainda outras respostas que indicam uma percepção sobre uma possível perpetuação geracional da pobreza em suas famílias: “não vai dar uma vida melhor para os meus filhos”.

Tais respostas apresentadas sobre os limites do programa, quando comparadas às expectativas de mobilidade e integração social inicialmente relatadas no momento da matrícula<sup>7</sup>, parecem contradizer as suas projeções iniciais e coincidir com outras perspectivas mais céticas apresentadas por alguns dos jovens pesquisados: “não vai mudar muito ou a maioria das coisas” ou “não pode mudar nada”. Aquilo que projetaram anteriormente, respondendo a questões relacionadas a seus sonhos, expectativas e objetivos, transformou-se - numa breve análise tácita<sup>8</sup> das dificuldades a serem enfrentadas após a conclusão do programa - em riscos e incertezas frente aos limites que vivenciam em seus cotidianos nas periferias urbanas.

Incertezas com relação ao futuro, medo de sobrar no mundo do trabalho, saberes que apresentam sobre processos segregatórios que sofrem em outros espaços sociais<sup>9</sup> provenientes de estigmas que possuem os moradores das periferias urbanas, parecem ser alguns dos elementos percebidos pelos jovens que dificultariam a realização de suas expectativas após uma possível conclusão do Projovem.

Quando buscam alguma referência em suas redes de convívio cotidiano (pares, familiares, vizinhos) para diminuir as incertezas, estas não apresentam experiências que gerem significado ou confiança de que as novas oportunidades de educação serão iguais à um “trabalho digno”, a “sentir-se reconhecido” ou a “crescer na vida”, conforme suas

---

<sup>6</sup> O estudo apoiou-se em dados quali-quantitativos obtidos através de métodos de entrevistas (11), questionários (42) e observações de aulas. Seis das 11 entrevistas realizadas ocorreram no período de matrícula dos jovens no programa. Outras três foram realizadas com jovens participantes e duas com jovens evadidos que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Os 42 questionários foram aplicados durante o período de realização de aulas.

<sup>7</sup> As expectativas eram referentes a melhores oportunidades no mercado de trabalho, reconhecimento social como trabalhador ou estudante, cursar futuramente o ensino médio ou técnico e oferecer melhores condições de vida aos filhos.

<sup>8</sup> Em relação aos saberes tácitos desenvolvidos pelos jovens nas suas rotinas e contextos de interação que geram um grau de segurança ontológica frente aos riscos e incertezas que enfrentam no desenvolvimento contínuo de suas ações. Ver Giddens (1989; 1991).

<sup>9</sup> O que Novaes (2003) considera como “discriminação por endereço”. Situação relatada por jovens das periferias urbanas que ocultam seu local de moradia nos processos seletivos para emprego.

respostas referentes aos seus desejos para o futuro. Suas rotinas como pais (57% dos jovens pesquisados), trabalhadores (78% afirmam-se como trabalhadores), co-responsáveis pela manutenção da renda familiar (83%), coincidem com a maioria de seus pares e familiares em atividades precárias de trabalho ou de baixa renda, que não exigem um maior grau de escolaridade<sup>10</sup>.

Suas inseguranças sobre os resultados futuros do esforço realizado para retomar uma trajetória escolar abandonada precocemente (48,6% dos pesquisados abandonaram a escola antes dos 16 anos de idade), quando balizadas em redes sociais cotidianas que também possuem poucas trajetórias e oportunidades de trabalho firmadas através da elevação de escolaridade, parecem não encontrar uma ancoragem segura, significativa em termos de *experiências em comum*, que possibilitem projeções de alcançar efetivamente uma maior mobilidade e integração a partir da conclusão do programa.

O que poderia parecer simples num primeiro momento para estes jovens e também para atores envolvidos na elaboração e execução do programa (educação e capacitação profissional = inclusão cidadã = reconhecimento = mobilidade = diminuição das desigualdades), se torna algo incerto, inseguro, com riscos aparentemente difíceis de serem superados. Quando buscam referenciais de resultado para prever possíveis resultados futuros, para acalmar a ansiedade, a dúvida e a insegurança do fracasso de se esforçarem e não conseguirem atingir as projeções construídas, restam-lhes poucas experiências práticas conhecidas de realização dessa “*seqüência lógica de oportunidades*” e, também, limites contextuais de uma condição precária e desigual de existência com a qual precisam lidar cotidianamente em conjunto com suas redes sociais que também tornam-se redes de reciprocidade e de previsibilidade de recursos, de apoio, de segurança (LOMINITZ, 1975).

Pode-se inferir, a partir desses elementos analisados, que desafios trazidos pela proposta do Projovem - como o de reconstruir uma trajetória educativa e de cidadania que gere alguma ascensão e integração social - passam a ser percebidos pelos jovens integrantes como riscos difíceis de serem superados num ambiente de interação social compartilhado com outros atores que também não vivenciaram plenamente seus direitos quando fragilizados de proteções sociais ou de oportunidades eqüitativas em termos de acesso a uma educação e a um trabalho de qualidade.

Neste sentido, é preciso considerar que a debilidade histórica da presença do Estado efetivando direitos e garantias sociais nas periferias urbanas também geram incidência

---

<sup>10</sup> Com relação a familiares com mais de 15 anos de idade que residem na mesma casa, apenas 8,7% das pessoas citadas possuem o ensino fundamental completo, 4,3% estão cursando o ensino médio e 2,9 já concluíram. Quanto aos amigos e familiares com mais de 15 anos que não moram na mesma casa dos jovens pesquisados e que são considerados por eles pessoas com quem convivem diariamente, cerca de 75% destes amigos e familiares citados não possuem o fundamental completo.

sobre suas inseguranças e ceticismo com relação à realização de certas expectativas. Conseqüentemente, sobre a confiança para aderirem a programas que possam representar alguma perspectiva em termos de melhoria nas suas atuais condições de vida.

Além dos atuais desafios de garantir direitos e uma inclusão pelo viés da cidadania a uma população historicamente marginalizada, compreender as expectativas de mobilidade e integração social dos atores envolvidos, bem como seu imaginário sobre os limites e possibilidades das políticas de inclusão a eles destinadas, também torna-se urgente e relevante para a efetividade de programas que têm como finalidade a diminuição das desigualdades sociais oferecendo oportunidades de acesso a educação, trabalho e cidadania para populações em situação de pobreza.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM. Subsistema de avaliação do programa. **Relatório parcial de avaliação do PROJOVEM 2007**. Brasília, 2008.

BLANCO, Diego Monte. **As infâncias “construídas” em São Leopoldo**. In.: CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Bertholdo Weber. Pesquisa: Crianças e adolescentes em situação de rua. São Leopoldo: Série Cadernos, 2004.

\_\_\_\_\_. **À luz do dia, nem todos os gatos parecem pardos. Percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do Projovem Urbano**. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão**. In: WANDERLEY, M. B.; BÓGUS, Lucia, YAZBEC. Maria C.. Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 2004.

CASTRO, Jorge A. de; AQUINO, Luseni (Orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**.. Brasília: IPEA, 2008.

CASTRO, Jorge A., et al. **Gasto social e política macroeconômica: trajetória e tensões no período 1995-2005**. Brasília: IPEA, 2007.

DRAIBE, Sônia Miriam. **A Reforma dos Programas Sociais Brasileiros: panoramas e trajetórias**. XXIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), GT12: Política e Economia. Petrópolis, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Política Brasileira de Combate à Pobreza**. In: Velloso, João Paulo dos Reis (Coord.). *O Brasil e o Mundo no Limiar do Novo Século*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. V. 2.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC; ANPOCS, 2004.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Juventude: documento de conclusão**. Rio de Janeiro, 2004.

KEIL, Ivete M. **Infâncias plurais**. In: CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Bertholdo Weber. 1º Ciclo de Estudos sobre Infância e Juventude no Vale dos Sinos. São Leopoldo: Serie Cadernos, 2006.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano**. CEBRAP, n. 63, p. 9-30, junho de 2002.

LOMINITZ, Larissa. **Cómo sobreviven los marginados**. 15ª edición, México: 1975.

MARTINS, José de Souza. **A exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: PAULUS, 1997.

MEDEIROS, Marcelo. **Trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 30 aos anos 1990**. Texto para discussão n. 852. Brasília: IPEA, 2001. [on line]

NOVAES, Regina. **Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso**. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas. Juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

PAUGAM, Serget. **Abordagem sociológica da exclusão**. In: VERÁS, Maura Padini Bicudo (Ed.). Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serget Paugam. São Paulo: EDUC, 1999.

RIZZINI, Irene (Org.) **A Arte de Governar Crianças. A história das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência a Infância no Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Interamericano Del Niño: Ed. Santa Úrsula/ AMAIS, 1995.

\_\_\_\_\_. **O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUSU/AMAIS, 1997.

SOUZA, Jessé. **Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do equador**. In: VERÁS, Maura Padini Bicudo (Ed.). Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serget Paugam. São Paulo: EDUC, 1999.

#### Sites consultados:

IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

IPEA: <http://www.ipea.gov.br>

PROJOVEM: <http://www.projovemurbano.gov.br>

Recebido em *Maio* de 2009

Aprovado em *Abril* de 2010